

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2002**

-----Aos vinte e um dias do mês de Junho de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Sr.s Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Apreciação da Actividade Municipal;**-----

-----**2. Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra - Ordenamento do Trânsito de Alfarim - Anexo E;**-----

-----**3. Contrato de concessão de energia eléctrica em baixa tensão no Município de Sesimbra - Renovação.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Carlos Ferreira Ezequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, João Paulo Marques Dionísio, Sérgio Paulo Gomes Pereira, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Maria Albertina Cardoso Fernandes Oliveira, José Almeida Marques, Joaquina Odete Martins da Graça, Fernando Eduardo Marques Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Nelson Duarte Carneiro Fernandes, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Germano Óscar Amorim Barros, Maria de Jesus Amiano Marques, Júlio Alves Joaquim, José Fernando Brito Andrade, Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz e Joaquim de Jesus Gomes Casaca, designado, nos termos da alínea c) do nº. 1 do artigo 38º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Junta de Freguesia do Castelo -----

-----Comprovada a existência de quorum, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e dez minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, José Manuel Lobo da Silva e Maria Argentina Amiano Marques.-----

-----Informou depois que os Membros Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Carlos Afonso

Guerreiro da Luz e Silva, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, eleitos respectivamente pelas Listas da Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, da Coligação Democrática Unitária CDU, e da Lista do Partido Socialista PS, haviam comunicado as suas substituições, tendo convocado os Membros José Fernando Brito Andrade, Nelson Duarte Carneiro Fernandes e José Almeida Marques, todos presentes. -----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e uma presenças e três ausências as dos Membros José Henrique Peralta Polido, Francisco Caupers de Sousa Alvim e Augusto António Marques Duarte. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal lembrou, em seguida, a reserva do dia 19 de Julho para a realização da sessão extraordinária para o Plano e Orçamento de 2002. -----

----- Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Aberto o Período de “Antes da Ordem do Dia” usou da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que disse que estranhara a publicação no boletim da Câmara Municipal de um artigo que referia, em letras "gordas", “Capela do Espírito Santo – Governo congela verbas e recuperação fica suspensa”. O boletim vinha dando as notícias da Câmara de uma forma positiva, e no momento em que um governo estava em funções há cerca de 2 meses, não se perdera tempo em utilizar o Boletim como uma forma de intervenção política que apesar de ter a ver com o Concelho acabava por ser a demonstração daquilo que poderia passar a ser, ou seja um órgão de propaganda política anti-governamental enquanto durasse este governo. -----

-----A Capela do Espírito Santo há muitos mandatos que estava a ser objecto de intervenção e vinha-se arrastando penosamente, aliás como se arrastava outros tipos de intervenções sobre o património e lembrava a Casa do Bispo, património do Município, em que o Presidente da Câmara na altura aparecera na Assembleia Municipal com uma urgência enorme para se comprar, fizera-se o negócio e ele há 20 anos que estava a criar ratos e a cair aos bocados. -----

-----Parecia-lhe pouco sério que naquela altura se utilizasse o boletim para aquele tipo de intervenção política porque todos sabiam que iriam existir cortes e definir prioridades porque se sabia a situação real do País. -----

-----Lamentava que o Boletim não tivesse referido os atrasos no Governo do PS relativamente a determinadas situações, porque se assim fosse, agora aceitaria que se manifestasse relativamente a este Governo.-----

-----Não vira, por exemplo, o Boletim da Câmara Municipal falar sobre situações muito mais graves, nomeadamente a posição dos governantes face à situação dos pescadores e às não negociações com Marrocos, ou a não concessão de subsídios propalados, e sabia-se qual era a situação dos pescadores hoje e as dificuldades reais que viviam. Nessa altura seria muito mais aceitável que o Boletim defendesse determinadas posições políticas a favor do Concelho. -----

-----Não lhe parecia que, politicamente, aquele tipo de guerrilha escrita que parecia querer-se implantar no Boletim Municipal, pudesse trazer alguns benefícios políticos para o Concelho. -----

-----Entendia que a Câmara Municipal devia ter mais senso relativamente àquele tipo de situações, o que não significava que devesse ser cega, surda e muda perante aquilo que afectava o Concelho, devia-se intervir de uma forma directa, aberta e exigente, mas aquela linha de actuação no Boletim Municipal parecia-lhe incorrecta. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que ao nível da Área Metropolitana de Lisboa vinha tendo conhecimento do encerramento de alguns cursos a nível do ensino recorrente.-----

----- Eram cursos que nalguns concelhos abarcavam um número significativo de pessoas mas isso não obstava a que determinados Concelhos onde o número fosse menor não fossem tidas em conta as mesmas preocupações. O Governo estava a colocar em primeiro lugar os aspectos económicos e só depois os aspectos educativos. Esta situação era preocupante se efectivamente acontecesse no Concelho de Sesimbra uma vez que teria que exportar alguns dos alunos para Concelhos limítrofes. Assim pretendia saber se aquela situação se verificara em Sesimbra, que danos provocara e qual a posição assumida pela Câmara relativamente à matéria. -----

-----A outra questão dizia respeito ao Cabo Espichel. Ela e o Membro José Carlos Ferreira Ezequiel eram membros da Assembleia Metropolitana e nessa qualidade tinham tomado conhecimento da feitura de um CDROM sobre património. Ambos pertenciam à Comissão de Educação, Cultura e Tempos Livres e tinham ouvido comentários pouco abonatórios em termos da qualidade daquilo que era o trabalho apresentado. -----

----- Assim perguntava que tendo Sesimbra escolhido o Cabo Espichel como monumento a

indicar no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa perguntava qual era a perspectiva que neste momento se colocava no desenvolvimento das obras no Cabo Espichel uma vez que poderia acontecer o mesmo ao Cabo Espichel que acontecera com a Capela do Espírito Santo. -----

----- Pretendia saber se as obras estavam ou não previstas, se a Câmara se vinha posicionando com uma certa urgência, e de que forma é que a Assembleia Metropolitana poderia ser um espaço de acolhimento de preocupações das Câmaras relativamente ao património, e ser portadora de reivindicações podendo dar algum contributo, uma vez que neste momento estava constituída uma comissão especializada, e, como era do conhecimento, estava em discussão o novo quadro de competências das Áreas Metropolitanas. -----

----- Outra questão dizia respeito à Capela do Espírito Santo e considerava que o Boletim da Câmara Municipal, consoante os quadrantes políticos, assim seriam as posições que se assumiriam. No Boletim nº. 32 de Agosto/2001 era dito que havia sido terminada a 1ª. Fase da Capela do Espírito Santo e era com surpresa que via o Boletim de Maio dando conta que o Governo congelara verba para a recuperação. -----

----- Perguntava portanto quais as medidas que a Câmara já tomara relativamente à informação prestada pelo Governo de congelamento de verbas e de que forma pretendia dar continuidade, uma vez que a segunda fase que ali era referida era mais no aspecto das obras de conservação do monumento e não numa perspectiva de dar continuidade a um projecto de divulgação, como era manifestado no Boletim de Agosto. -----

----- Prosseguiu dizendo que tivera conhecimento de alguma insatisfação por parte das estruturas representativas dos pescadores relativamente ao plano de ordenamento do parque marítimo. Sabia que era o Vereador Augusto Pólvora que estava a representar as Câmaras de Palmela, Sesimbra e Setúbal no Conselho Consultivo, mas pensava que a Assembleia Municipal podia dar algum contributo porque se efectivamente estavam a decorrer reuniões para uma certa aferição relativamente ao plano de ordenamento, a Assembleia poderia junto da Câmara provocar uma reunião mais ampla de esclarecimento, não ainda na fase de inquérito público mas numa fase de esclarecimento, isto porque os representantes do conselho consultivo não contavam deliberadamente com a participação dos pescadores, e pensava que devia haver uma espaço prévio, antes da consulta pública para uma discussão com os pescadores e as suas estruturas representativas. -----

----- O diploma contemplava, de uma forma peculiar, a presença, em termos consultivos, da Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas e não especificava a participação da estrutura dos pescadores. Aquela lacuna agravava ainda mais aquilo que hoje em dia o sector estava a viver. Pensava que a Assembleia Municipal juntamente com a Câmara poderiam ter um papel de envolvimento como já fizera em outras ocasiões relacionadas com a pesca.-----

----- Usou depois da palavra o **Membro Albertina Oliveira** que perguntou, apesar de saber que não era da competência da Câmara, para quando a abertura da Lagoa de Albufeira, uma vez que se tratava de uma questão de saúde pública e da própria protecção dos viveiros.-----

-----Em seguida manifestou descontentamento pela realização do chamado Festival de Música que iria ocorrer pela segunda vez no Cabeço da Flauta. Este evento era propício a grande consumo de álcool, drogas, pastilhas, com as respectivas consequências, ou seja, condutores alcoolizados, trânsito desordenado e perigoso na zona.-----

-----Manifestava descontentamento também pelas consequências ambientais que o evento provocava, nomeadamente tendo em conta que se realizava numa zona de protecção ecológica, descontentamento pelo excesso de ruído que iria ocorrer nas localidades mais próximas com especial incidência na Lagoa de Albufeira, preocupação por questões de segurança e saúde pública nomeadamente incêndios e lixo abandonado no local, sendo em parte lixo com características muito especiais. Assim perguntava ao Presidente da Câmara que medidas iriam ser tomadas com vista a minimizar o impacto deste evento assim como gostaria de saber quais os benefícios que a autarquia previa com a autorização do espectáculo.-----

-----Terminou questionando se não se devia pensar bem antes de autorizar novamente um evento daquela natureza e inclusivamente consultar as populações.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro João Paulo Dionísio** para alertar a Câmara para o facto de já se terem passado cerca de 10 anos sobre o acidente ocorrido na estrada nacional 378, junto à curva da Branca Gil, onde faleceram dois irmãos por causa da paragem de autocarros que se situa logo a seguir à curva sem qualquer visibilidade. Já tinham sucedido pelo menos mais dois graves acidentes no local por o autocarro estar parado na paragem, que felizmente não provocaram situações mortais. Dever-se-ia arranjar uma forma de retirar a paragem daquele local ou abrir um espaço no terreno para a mesma ficar fora da estrada. Não era por viverem ali cerca de meia dúzia de pessoas que se tinha que pôr em risco vidas humanas. Pessoalmente julgava que a Câmara não

estava a desenvolver todos os esforços possíveis para resolver a situação. -----

-----Tomando o uso da palavra, **o Presidente da Câmara** começou por esclarecer relativamente à notícia no Boletim sobre o congelamento da verba destinada à recuperação da Capela do Espírito Santo, que a Câmara ficara preocupada que numa obra de 50 mil contos, cuja comparticipação da administração central seria de cerca de 50% a exemplo com o que acontecera com a primeira fase , a Câmara recebesse um ofício dizendo que por problemas orçamentais a verba seria congelada e mais tarde se veria se efectivamente haveriam condições para se avançar com a obra. -----

-----A Câmara havia anunciado no Boletim de Agosto que a primeira fase havia sido concluída, a qual importara em cerca de 30 mil contos com a comparticipação de 50% da administração central, e tudo indicava que em Julho ou Agosto de 2002 se pudesse abrir a Capela do Espírito Santo com o Núcleo Museológico de Arte Sacra do Concelho. A Câmara inclusivamente avançara com um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de modo a que todas as peças de arte sacra fossem lá expostas. Daí a Câmara ter dado conhecimento que isso não seria possível e não por culpa da Câmara. Era óbvio que hoje existia um Governo diferente mas se fosse o mesmo a atitude da Câmara seria idêntica. -----

-----A Câmara não iria utilizar o Sesimbra Município como órgão de propaganda política anti-governamental porque não era esse o seu objectivo, no entanto, se o quartel da GNR que já tinha o visto do tribunal de contas, a administração central não avançasse com a obra que iria permitir alojar a brigada territorial e a brigada fiscal e permitir que a Fortaleza fosse entregue à Câmara, não poderia ficar com o ónus de que o Presidente da Câmara era passivo e não reivindicava, e portanto teria que denunciar que não era por culpa da Câmara que as obras não avançavam e teria que dizer a verdade. -----

-----Ainda relativamente à Capela do Espírito Santo, quando a Câmara tivera conhecimento do congelamento das verbas solicitara uma reunião ao Director Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais que por razões várias ainda não se tinha realizado mas a Câmara continuava a trabalhar junto da administração central de modo a se obter o melhor para o Concelho. -----

-----Sobre o Cabo Espichel, informou que o projecto de arquitectura estava concluído. Nas diversas reuniões com entidades governamentais, a Câmara disponibilizara-se a assinar um protocolo em que iria suportar custos com algumas obras de modo a que a administração central avançasse com o projecto. O proprietário dos terrenos envolventes não queria ceder à administração

central os terrenos necessários para a construção de um parque de estacionamento e piscina, para melhor rentabilizar o empreendimento. Quando a Câmara tivera conhecimento solicitara uma reunião com a ENATUR, Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais e Direcção Geral de Património de modo a que se clarificasse, de uma vez por todas, o que é que a administração central estava a pensar, ou deixar cair o projecto ou entrar num processo de expropriação, uma vez que era sabido que o proprietário do terreno, após as eleições legislativas dizia que não dava os terrenos. Essa reunião por motivos vários ainda não se realizara mas a Câmara não podia ficar calada porque senão seria culpabilizada pelo facto de não se avançar.-----

-----Continuou informando que a Lagoa de Albufeira fora aberta nos últimos dias do mês de Abril, passados dois meses fechara. De imediato a Câmara dera conta do que sucedera ao ICN e à DRAOT e exigira que quanto antes procedessem à reabertura da Lagoa ao mar. -----

----- Tentara documentar-se para informar a Assembleia Municipal e a informação que haviam dado era que o ICN é que tinha a responsabilidade. Segunda-feira iria ligar ao ICN e insistir para a abertura da Lagoa ao mar. Eram obras da responsabilidade da administração central e a Câmara se desse conhecimento no Boletim Municipal ninguém poderia levar a mal. -----

-----Desde que a Câmara desse a conhecer aquilo que se passava de uma forma correcta e verdadeira não podia ser acusada de utilizar o Boletim de propaganda anti-governamental. -----

-----Quanto à Casa do Bispo o Presidente esclareceu que o projecto estava feito, a Câmara desejava pôr a obra a concurso mas se calhar este ano não seria possível avançar com a obra porque a Câmara tinha que fazer contenção de algumas despesas, portanto com a mesma verdade dava a conhecer.-----

-----Sobre a questão da realização do festival de Música da Optimus/Meco no Cabeço da Flauta já tivera oportunidade de esclarecer na Câmara Municipal que numa reunião que tivera com o Eng. Luís Montez que era o presidente da empresa, dissera que no ano passado naquela área do Concelho tinham acontecido situações bastante desagradáveis, algumas provocadas por "raves" que ali tinham acontecido, pelo Festival de Música promovido pela Yorn e pelo Festival da Optimus/Meco.-----

-----Relativamente ao Festival promovido pela Yorn, a Câmara não ficara nada agradada pela forma como decorrera e como haviam deixado o terreno, e quanto às "raves" ficara decidido que a Câmara não iria permitir mais realizações. -----

-----Mas optara por permitir a realização de Festivais organizados por empresas conceituadas,

desde que cumprissem com todas as normas de segurança, limpeza e controlo de ruído, e fora inclusivamente publicado no Boletim que estes eventos promoviam o turismo em Sesimbra permitindo maior visibilidade do Concelho no exterior. -----

-----Este era o seu entendimento e o que era uma realidade era que Sesimbra saía nas revistas e seria badalada. Claro que estava preocupado porque aquele local era de grande importância ambiental.-----

-----Na reunião de Câmara ficara acordado que depois faria uma avaliação sobre o modo como o espectáculo iria decorrer e como é que os promotores se comportariam para, com essa avaliação, a Câmara poder julgar novos pedidos para futuros festivais. -----

-----Cedido em seguida, o uso da palavra à **Vereadora Felícia Costa**, esta começou por dizer que neste momento, no Concelho de Sesimbra, já havia uma escola que estivera em risco de ser fechada porque não fora renovado o contrato da auxiliar de acção educativa, e a solução fora resolvida muito provisoriamente com a deslocação de uma auxiliar de outra escola. Estavam 3 escolas em risco de serem encerradas por falta de alunos, que era o caso da escola básica da Aldeia do Meco em que a Câmara promovera junto com os encarregados de educação, com os professores e auxiliares, uma reunião no sentido de tentar viabilizar a escola para não ser encerrada porque considerava que seria um empobrecimento para a comunidade, independentemente das questões pedagógicas que poderiam ser discutidas em paralelo. Portanto havia uma série de incógnitas e questões que o ministério não respondera. O que era dito do CAE e da DREL era que não havia definição de políticas e que elas seriam definidas nos próximos meses. Esperava que já se tivesse as respostas em Setembro para se encarar a abertura do novo ano escolar de uma forma condigna e com as garantias de que as escolas poderiam funcionar em condições. -----

-----Relativamente ao ensino recorrente, Sesimbra tivera a funcionar os ensinos recorrentes, não só aqueles que eram promovidos pelo Ministério mas também aqueles que a autarquia patrocinava e vinha sendo política da autarquia financiar a existência, através do pagamento aos formadores, de alguns cursos de ensino recorrente extra curriculares, não só ao nível dos formadores mas também assegurando o apoio ao material didáctico necessário, ao nível de material de secretaria e ainda ao nível dos transportes necessários para os alunos poderem frequentar estes cursos. -----

-----Portanto da parte da autarquia havia a intenção de continuar a assumir os compromissos no sentido de o ensino recorrente ser viabilizado. A Câmara não tinha de momento qualquer orientação

precisa sobre o assunto.-----

-----Era bom que toda a comunidade educativa e munícipes em geral, se apercebessem de algumas ameaças sérias que pairavam sobre as escolas e sobre o ensino se as políticas governamentais não fossem decididas a contento.-----

-----Por último informou que no dia 29 o Município de Sesimbra iria promover, no auditório, um debate sobre a constituição dos conselhos locais de educação e sobre questões que preocupavam, e obviamente a questão do ensino recorrente também seria discutida, e seria uma forma de pressão e de sensibilização junto do Ministério de Educação.-----

-----Usou depois da palavra o **Vereador Augusto Pólvora** que relativamente ao Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida informou que hoje tivera lugar em Setúbal, na sede do Parque, uma reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento à elaboração do Plano de Ordenamento e teria lugar na próxima Sexta-feira uma nova reunião porque hoje tinham sido apresentadas as propostas de regulamentos quer para o Parque na área terrestre quer para o Parque na área marinha, onde a Comissão iria emitir um parecer relativamente àqueles instrumentos. -----

-----Aquele era um processo que já fora iniciado em 1994 e segundo informação do Director do Parque nas últimas semanas tinha havido grande pressão por parte do Governo no sentido de se concluir o processo, o que na sua opinião era legítimo porque era inaceitável que um plano daqueles se arrastasse por tantos anos. O processo quando fora iniciado tinha a ver com o plano de ordenamento nos limites actuais do parque, desde Setúbal à Maçã e a Comissão Técnica de Acompanhamento estava incumbida de acompanhar a elaboração desse plano de ordenamento. -----

-----No entretanto fora criado o Parque Marinho Luís Saldanha e passara a ser encomendado também à equipa técnica, que era uma equipa interna do parque, que elaborasse o regulamento e o plano de ordenamento para a própria área marinha e à Comissão Técnica que também acompanhasse a elaboração do plano na área do parque marinho.-----

----- Para além disso, por iniciativa do Parque e na sequência de instruções recebidas do próprio ICN, haviam decidido começar também a estudar uma hipótese de plano de ordenamento para uma nova área que fazia parte do sítio da Rede Natura 2000 Arrábida / Espichel que era uma parte do Concelho de Sesimbra, portanto numa perspectiva de estender o Parque até ao Cabo Espichel e alargar o Parque Marinho até à praia da Foz.-----

----- Neste momento os limites eram um pouco a sul da praia da Foz, fazendo coincidir a parte

terrestre com a parte marítima. -----

-----Quando pegara no assunto fizera questão de chamar a atenção que formalmente a Câmara de Sesimbra não conhecia decisão de órgão nenhum, nem tinha sido confrontada por ninguém com o alargamento do parque para os actuais limites porque não havia nenhum processo nem decisão de governo sobre a matéria nem fora desencadeada nenhuma auscultação de opinião pública e portanto, independentemente da boa vontade e interesse em discutir o assunto, na eventualidade de ela vir a surgir, a posição da Câmara seria sempre reservada àquele facto porque primeiro era preciso que alguém decidisse propor o alargamento do parque, nessa altura os órgãos municipais pronunciar-se-iam sobre essa hipótese e só depois disso é que teria lógica colocar a questão do ordenamento naquela área que iria ser alargada.-----

-----Apesar destas reticências que se vinham a agravar pela postura que vinha havendo por parte do ICN e de organismos ligados ao ministério do ambiente relativamente a outras matérias, nomeadamente o que se passava relativamente ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira em que a Câmara aprovara um parecer desfavorável exactamente porque o comportamento do ICN e das entidades que estavam ligadas à elaboração do POOC não haviam sido os correctos, rasgando compromissos que haviam sido previamente acordados, recuando relativamente a compromissos previamente aceites e passando por cima da vontade dos órgãos municipais, portanto estes antecedentes não auguravam nada de bom relativamente à matéria, e a Câmara já deixara as devidas reservas de que para a Câmara não era um dado pacífico que aceitasse o alargamento do parque da Arrábida e só aceitaria se houvessem vantagens reais para o Concelho de Sesimbra. -----

----- Até agora não tinha havido parque nenhum na área do Cabo Espichel e não era por essa razão que aquela área não estava protegida nem que o Município de Sesimbra, no seu Plano Director Municipal não salvaguardara como espaço natural uma vasta área do território. -----

-----Desde o 25 de Abril que haviam condições para proteger aquele espaço sem necessidade de figuras de área protegida.-----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra até agora conhecia a proposta para a área terrestre do Parque na parte Arrábida/Espichel. -----

-----Já tinham havido algumas reuniões de trabalho com o Parque, e chamara várias vezes a atenção que o ponto de honra da Câmara era que os compromissos que constavam do PDM não fossem mexidos e havia uma insistência permanente da parte dos técnicos que estavam a elaborar,

de introduzir alterações ao PDM que a Câmara não aceitava. -----

-----Começava logo por os limites do perímetro urbano não estarem bem demarcados, por pretenderem que houvessem recuos em relação a objectivos consignados no PDM , etc., mas no entanto, aquilo que eram os problemas que deviam ajudar a resolver que era o caso das Grutas das Pedreiras do Zambujal não havia a intenção de os incluir dentro do parque. Ou seja, interessava meter no parque coisas que tinham a ver com projectos turísticos e não interessava meter no parque aquilo que eram problemas e que o parque devia ajudar a resolver, porque problemas já tinham os das pedreiras da Arrábida.-----

-----Hoje ficara mais preocupado ao ler a proposta final do regulamento quer para a área terrestre quer para a área marinha, em que do seu ponto de vista eram inaceitáveis e de certeza que a Câmara tomaria uma posição. Eram posições controversas e dificilmente aceitáveis pelos pescadores da pesca comercial que era aquela a que ainda se dava alguma abertura na proposta porque relativamente a outro tipo de pesca, o que estava proposto no regulamento do parque era que durante 5 anos a partir da data da aprovação do regulamento não haveria qualquer pesca lúdica, nem à linha nem pesca submarina. -----

-----Relativamente à pesca comercial eram propostas fortes restrições de acordo com determinado zonamento. Estava-se a passar do oito para o oitenta. Até agora permitira-se tudo e a partir de agora pretendia-se proibir tudo. Isto ía no mau caminho e faria com que as pessoas estivessem contra se não houvessem propostas intermédias, consensuais e progressivas, sujeitas a avaliação permanente, e a validação depois, conforme os progressos. A proposta como estava significava que a pesca à linha feita de terra era proibida. O acesso a pesqueiros conhecidos que aliás eram reconhecidos como projecto turístico estava demarcada como áreas de protecção total onde a presença humana não era possível. -----

-----Portanto do seu ponto de vista era uma filosofia demasiado radical e iria dar uma grande polémica. O Concelho de Sesimbra não podia aceitar estas situações de ânimo leve porque tratavam-se de áreas onde havia a presença humana permanente, onde haviam aglomerados urbanos instalados, não tinha nada a ver com as situações que existiam nos actuais limites do parque onde os únicos aglomerados urbanos estavam na periferia do parque e tinham à volta áreas de protecção complementar que não tinha aquele tipo de interdições. Estava proposta para o Concelho de Sesimbra que encostado aos aglomerados urbanos comessem logo zonas de protecção parcial 1

ou protecção total. -----

-----Havia o interesse em que o Concelho de Sesimbra ficasse valorizado com áreas classificadas, mas não de qualquer maneira e não contra os interesses das várias actividades que estavam em presença. -----

-----Em relação à pesca comercial conseguiu agendar uma reunião para a próxima 4ª. feira com representantes da Direcção Geral de Pescas e representantes dos pequenos armadores que eram cerca de 50 embarcações que faziam a sua vida diária na zona, para se tentar avançar com uma contra-proposta relativamente à pesca comercial. -----

-----Relativamente à pesca lúdica, haviam aspectos que teriam de ser bem ponderados porque se se queria criar uma reserva marinha havia que pôr restrições a um conjunto de coisas e a pesca submarina era uma área que teria de ser bem ponderada assim como a pesca lúdica que no fundo não era lúdica mas sim um concorrente comercial, mas daí a proibir o indivíduo que estava a dar banho à minhoca era um exagero. -----

-----Continuando a intervenção o Vereador Augusto Pólvora respondeu relativamente à paragem de autocarros da Branca Gil que o problema era velho. Quando tivera o Pelouro do Trânsito no mandato passado o assunto fora estudado e haviam 2 alternativas, ou desactivar a paragem, que seria a solução mais barata que tinha o inconveniente do descontentamento das pessoas que ali moravam porque aquilo era uma estrada que não tinha passeios, estava entre muros, não havia praticamente bermas, e portanto a avançar-se com esta solução teria que ser feito na zona interior um passeio numa cota superior para criar uma situação pedonal, que aliás teria interesse numa lógica futura de ligação de Santana a Sesimbra. A outra alternativa seria fazer uma reentrância na ribanceira onde estava o depósito do Branca Gil, aliás a própria junta de Freguesia do Castelo tinha uma solução desenhada naquele sentido. Portanto era uma questão da Câmara encontrar a oportunidade para no seu plano de actividades inserir a proposta. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que disse que percebera a mensagem do Presidente da Câmara de que iria chamar a atenção relativamente aos atrasos provocados das obras e investimentos do Concelho por culpas próprias e alheias. Pensava que naquela perspectiva seria interessante que a Câmara Municipal pudesse vir no Boletim justificar atrasos de algumas das suas próprias obras, algumas com meses e outras eventualmente com anos, portanto utilizar o Boletim para contar toda a verdade, não só meia verdade. -----

-----Relativamente à intervenção do Vereador Augusto disse que comungava das preocupações manifestadas relativamente ao parque marinho, porque ou se era perfeitamente desleixado ou se entrava no fundamentalismo onde a natureza era composta por todos os elementos menos pelo homem, portanto se se entrasse em situações fundamentalistas corria-se o risco de pôr em perigo os interesses do Concelho e colocar em perigo os próprios parques e reservas porque quando se criava normas demasiado rígidas depois as violações eram frequentes. Portanto devia-se evitar estas situações porque senão acabava-se por criar parques para meia dúzia de indivíduos que eram uns idealistas que pareciam que viviam noutra planeta e acabavam por impedir o desenvolvimento dos legítimos e saudáveis interesses da população. -----

-----Proibir a pesca à linha seria a maior estupidez e teria um prejuízo tremendo no Concelho de Sesimbra do ponto de vista de uma determinada actividade económica que tinha a ver com o turismo. Pensava que seria interessante que a Assembleia Municipal, numa fase mais avançada e quando houvesse mais elementos, realizasse uma sessão temática sobre a matéria, para tomar uma posição. -----

-----Usou, em seguida da palavra, o **Membro Odete Graça** que disse que este assunto tinha duas situações distintas, uma tinha a ver com a parte legal, e outra a ver com as regras demasiado rígidas para a actividade piscatória.-----

-----Independentemente da realização de uma sessão temática, com a qual concordava, seria importante que houvesse um esclarecimento às entidades que estavam preocupadas e que apenas tinham umas luzes do que realmente estava a acontecer, nomeadamente as Juntas de Freguesia e a Assembleia Municipal. -----

-----O **Membro Félix Rapaz**, dirigindo-se ao Membro Carlos Filipe disse que qualquer projecto de informação tinha sempre uma linha política. Num boletim municipal haviam duas traves mestras que eram a essência da contra informação que era a utilização do Boletim como vinculação de uma linha partidária e o culto da personalidade. A Câmara nesse aspecto era cuidadosa e a linha informativa do Boletim estava equilibrada.-----

-----Quanto ao projecto "Optimus/Meco" alertava a Câmara para o que aquelas realizações envolvia. Sesimbra não necessitava de ser divulgada através daquelas realizações. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** respondeu dizendo que o Boletim não podia ter uma orientação política mas sim municipal. Entendia a explicação dada pelo Presidente da Câmara mas só a

aceitava a partir do momento em que se visse também as auto críticas. -----

-----**O Presidente da Assembleia** dando em seguida a palavra ao Membro Américo Gegaloto alertou-o que apesar de ele ter pedido a palavra antes de terem terminado os 60 minutos regimentais, estes já haviam sido ultrapassados pelo que solicitava que fosse breve.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Américo Gegaloto** que perguntou para quando a activação dos semáforos no cruzamento do Marco do Grilo, e alertou para a situação de não existir no Concelho uma infraestrutura para as crianças dos infantários poderem correr, brincar e praticar algum desporto.-----

-----Passou depois a ler a seguinte intervenção:-----

-----*“Aumento do IVA e fim do Regime do crédito bonificado-----*

-----*A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sesimbra, vê com preocupação as medidas de restrição apresentadas pelo actual Governo, expressas concretamente, no aumento da taxa máxima IVA em 2 pontos percentuais e no fim do regime do crédito bonificado à habitação, designadamente porque:-----*

-----*a) Para o Aumento do IVA -----*

-----*Não foi apresentada explicação cabal, sustentada por uma análise cuidadosa dos valores em causa; -----*

-----*É um imposto encapotado, o qual atinge todos os estratos sociais indiscriminadamente e reduzindo o seu poder de compra;-----*

-----*É um imposto encapotado, o qual atinge todos os estratos sociais indiscriminadamente e reduzindo o seu poder de compra;-----*

-----*Por outro lado, atinge sectores chave da nossa economia, como p/ex: o turismo, gerando perda de competitividade. -----*

-----*b) Para o fim do regime do crédito bonificado -----*

-----*Coarctou o direito de aquisição de casa própria a milhares de jovens, os quais de outra forma as não poderão adquirir;-----*

-----*Pelo acima referido, introduziu factor de discriminação negativa e não positiva;-----*

-----*Acentuou e gerou maior alarme num sector chave, que tem sido também um dos principais motores da economia, o da construção civil, com manifestas implicações no arrecadamento de impostos directos ou indirectos dessa actividade, como seja a sisa; -----*

-----*Pelo acima exposto manifesta preocupação pelas medidas apresentadas, pelos problemas sociais inerentes, como seja o desemprego, derivados da diminuição da procura interna e arrefecimento da economia, motivo pela qual se apresenta esta intervenção.*-----

----- **O Membro Carlos Filipe** disse que deveria ser dada a possibilidade de as outras bancadas se pronunciarem sobre a intervenção acabada de ler porque eram questões muito importantes para as populações. Era lamentável que após um período de 60 minutos de Antes da Ordem do Dia se fizesse uma intervenção daquelas impossibilitando regimentalmente qualquer discussão. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que haveriam outros períodos de antes da ordem do dia e aquela matéria poderia ser sempre levantada. -----

-----**O Membro Américo Gegaloto** referiu que a sua intervenção era uma manifestação de preocupação que era legítima e não havia a intenção de coarctar a palavra a quem quer que fosse.---

-----**O Membro Carlos Filipe** ainda disse que estar-se à espera do limite do tempo regimental para se fazer uma intervenção daquele tipo e em nome de uma Bancada não era legítimo.-----

-----Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem de Trabalhos, abrindo a discussão do ponto 1 "**Apreciação da Actividade Municipal**" tendo informado que a documentação fora enviada a todos os Membros de forma atempada. -----

-----Usando da palavra o **Presidente da Câmara** este informou que estava à disposição para esclarecer qualquer questão. -----

-----**O Membro Carlos Filipe**, referindo-se a um documento anexo à Informação da Actividade Municipal sobre um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 4.987.977 euros, onde era enumerado um conjunto de obras, havia uma empresa que era a "Manuel Graça Peixito" que aparecia por duas vezes, com valores diferentes para a mesma obra "arranjos exteriores da escola do 1º. Ciclo de Sesimbra", pelo que perguntava ao que correspondia. -----

-----**O Vice-presidente** esclareceu que devia haver um lapso no nome da obra mas que iria verificar o que se passava.-----

-----Encerrado o ponto 1, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos "**Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Ordenamento do Trânsito de Alfarim – Anexo E**", tendo informado que o assunto baixara à Comissão "C" para apreciação e emissão de parecer. -----

-----Cedido o uso da palavra ao Coordenador da Comissão "C", José Carlos Ezequiel, este iniciou por dizer que o processo já fora aprovado, por unanimidade, pela Câmara Municipal no mandato passado, mais propriamente em 5 de Dezembro. Entendera como Coordenador da Comissão que não havia necessidade de fazer reunir a Comissão porque o Pelouro do Trânsito tivera o cuidado de analisar, estudar e concluir que aquela era a melhor proposta para o descongestionamento do estacionamento e a circulação automóvel dentro da povoação de Alfarim. O estudo também baixara à Comissão Municipal de Trânsito que era constituída por um número bastante significativo de elementos que certamente haviam apreciado o processo e concluído que seria vantajosa a aplicação daquela alteração. Para além de que havia sido submetido à discussão pública e a população não objectara, pelo menos nos documentos nada constava.-----

-----Na qualidade de Membro tinha algumas dúvidas, o que não o impedia de votar favoravelmente, nomeadamente com um dos sentidos da zona comercial junto à rotunda, parecia-lhe que o sentido não era o mais aconselhável, assim como o caminho pedonal junto ao Pavilhão de Alfarim que era bastante estreito iria ter circulação automóvel em sentido norte sul. -----

-----Como mais ninguém quis intervir **o Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação **a proposta da Câmara Municipal de alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra, relativo ao Ordenamento do Trânsito em Alfarim, Anexo E, tendo sido aprovado, por unanimidade.** -----

-----Deu em seguida início ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos "**Contrato de concessão de energia eléctrica em baixa tensão no Município de Sesimbra - Renovação**" tendo informado que de acordo com a sugestão do Coordenador da Comissão o assunto fora enviado de imediato a todos os membros não tendo baixado à respectiva Comissão.-----

-----Aberta a discussão usou da palavra **o Membro Júlio Joaquim** que iniciou a sua intervenção dizendo que analisara toda a documentação e que estava preocupado com o acordo. -----

-----Passou depois a fazer a seguinte intervenção:-----

-----"*Da análise do documento sobre o acordo entre a EDP – Distribuição e autarquias quero referir o seguinte: diz o documento que a autarquia de Sesimbra recebe trimestralmente 156176.81 Euros o que vem a dar cerca de 10.000 contos por mês de uma renda pela instalação do equipamento de fornecimento de energia.* -----

-----*O presente documento no seu art. 12º (encargos da concessão e isenções) diz "a concessão*

confere à câmara o direito a uma renda e à EDP – Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais serão determinadas por portaria ministerial sendo aquela e esta indissociáveis, pelo que nenhuma delas será dívida separadamente”. Devo alertar esta Assembleia que sobre o problema do recebimento de rendas e ocupação de terrenos por equipamentos da EDP, existem casos de equipamentos instalados em terrenos de particulares, situação que a EDP parece desconhecer e até um responsável da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, Sr. Jorge Silva com quem troquei impressões sobre o assunto me referiu que na verdade o documento sobre o acordo de fornecimento de energia às autarquias que teve para o caso de Sesimbra a sua colaboração assim como a do Sr. Vereador Augusto Pólvora foi elaborado partindo do princípio de que os terrenos onde estão implantados os equipamentos da EDP para o fornecimento de energia seriam propriedade da Câmara Municipal de Sesimbra cumprindo assim com o que refere o art. 12º. Como de facto não é assim e porque há casos em que os terrenos onde se encontram instalados equipamentos da EDP para fornecimento de energia são de particulares cabe perguntar como pretende a Câmara Municipal de Sesimbra resolver o problema e esclarecer.-----

-----1. Com que direito tem estado a receber rendas da EDP sobre a ocupação de terrenos que não são sua pertença.-----

-----2. O que é que o responsável financeiro da Câmara Municipal de Sesimbra pode dizer sobre a entrada daquelas verbas e qual o valor dos montantes em referência.-----

-----3. Devo recordar esta Assembleia que quando foi da discussão sobre o relatório e contas de gerência disse a dado passo que a dívida da autarquia não se limitaria só à expressão dos números apresentados nos documentos na altura em apreço, fica aqui claro que eu tinha alguma razão no que dizia, o que é pena. Os problemas existem e não se podem esconder nem adiar indefinidamente. Um dia têm que se resolver. É um dever dos autarcas resolver os problemas das populações. Pelo menos é esse o chavão hipócrita dos defensores de um poder local que parece ter parado no tempo. Uma autarquia responsável devia saber evitar ser confrontada com situações como a que acabava de descrever para o qual espero completo esclarecimento e o seu a seu dono."-----

-----O Presidente da Câmara Municipal respondeu que o Membro não devia ter analisado bem a documentação uma vez que o contrato tinha a ver com a concessão em baixa tensão e toda a rede de baixa tensão estava no domínio público e não no domínio privado. O Membro devia estar a falar

de equipamentos de média tensão. -----

-----**O Membro Júlio Joaquim** acrescentou que se estava a referir a um PT de baixa tensão e tinha uma carta da EDP a informar que para deslocarem esse equipamento era preciso 10 mil contos e a indicação nas proximidades de por exemplo um espaço para ser instalado. Esta preocupação já estava no gabinete da Câmara Municipal de Sesimbra na Quinta do Conde há cerca de 3 anos e lamentava que o Presidente da Câmara a desconhecesse. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que estava disponível para receber o Membro Júlio Joaquim para não se estar a particularizar a situação, e que sabia da preocupação do mesmo. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que o contrato apenas se referia aos terrenos de domínio público e não precavia terrenos particulares nem os interesses dos particulares. -----

-----**O Presidente da Assembleia** esclareceu que um contrato de concessão só envolvia zonas de domínios públicos e não podia envolver terrenos particulares. Se um particular tinha um posto de transformação instalado no seu terreno era um problema entre o particular e a EDP. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que em determinada altura, na Quinta do Conde e noutras zonas, havia sido estendida a rede eléctrica e sabia-se que não haviam arruamentos e a colocação fora um bocado a direito. Entretanto haviam sido vendidos os lotes e podiam haver situações em que a rede pública poderia ter sido colocada e hoje encontrar-se em terrenos particulares. Normalmente havia uma negociação entre o interessado e a EDP quanto à instalação dos PTs e aí o problema ficava resolvido, mas poderiam haver situações de atravessamento. Daí que perguntasse se a Câmara tinha a certeza que a instalação de baixa tensão estava colocada em terrenos de domínio público.-----

-----**O Membro Américo Gegaloto** informou que se houvesse atravessamento sobre o domínio de particulares, esse assunto teria que ser tratado entre o proprietário do terreno e a entidade, o que não impedia que a Câmara colaborasse na resolução da questão. -----

-----**O Vereador Augusto Pólvora** disse que acompanhara o processo na Associação de Municípios do Distrito de Setúbal. Todo o património que existia em baixa tensão era património da Câmara Municipal, fora uma concessão feita à EDP e agora estava-se a falar de uma nova concessão por um novo período que de acordo com o contrato podia ser até 20 anos mas ao fim de 6 anos a Câmara podia interromper pagando à EDP o que tivesse a pagar relativamente às benfeitorias e ao investimento que tivesse sido feito. Sendo um património público, tudo o que era baixa tensão

era património municipal e portanto era suposto que estivesse em terrenos do domínio municipal, não estando era um problema que tinha que ser resolvido.-----

-----Quando falara com o Membro Júlio Joaquim pensou que se estivesse a referir a um poste de média tensão que existiam na Quinta do Conde, e o património de média e alta tensão eram património da EDP e era a EDP que tinha que negociar com os particulares nos atravessamentos ou instalação de postes.-----

----- Relativamente aos postes de baixa tensão e os PT's eram de facto obrigações do Município. Se a EDP no decorrer da concessão tivesse que instalar algum PT e o tivesse que instalar em terreno particular tinha que os negociar com os proprietários, e esse custo acabava por se repercutir no Município, porque era um investimento que a EDP fazia e que no fim da concessão teria que ser pago pelo concessionário. Durante a concessão a EDP ou utilizava terrenos disponibilizados pelo Município ou adquiria aos particulares e todo o investimento que ía fazendo ao longo da concessão seria objecto de avaliação no momento em que a concessão fosse interrompida ou no final da concessão. -----

-----No início do processo tinham havido situações na Quinta do Conde em que não havendo electrificação era urgente instalar um PT e "meia bola e força" e instalara-se e se calhar ainda haviam problemas pendentes por resolver, desse tempo, em terrenos particulares. -----

-----Seguidamente **o Membro Carlos Filipe** solicitou a interrupção dos trabalhos por breves minutos.-----

-----Retomados os trabalhos como nenhum membro quis usar da palavra **o Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação **a proposta da Câmara Municipal de renovação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Sesimbra à EDP Distribuição – Energia, S. A, tendo sido aprovado, por unanimidade.** -----

----- **O Membro Carlos Filipe** prestou, em nome Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----"*A Bancada da Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP votou favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, no entanto, reiteramos as nossas dúvidas levantadas durante a discussão do ponto relativamente à possibilidade de existirem situações em que existam equipamentos de baixa tensão implantados em terrenos particulares e entendemos que é necessário verificar todas estas situações para evitar que a Assembleia Municipal esteja a*

permitir a celebração de um contrato com a EDP não tendo em conta situações que urge resolver e que prejudicam particulares exactamente por essas implantações terem sido feitas noutra época. Nós pensamos que estas situações serão corrigidas, e que a Câmara Municipal tome essa iniciativa, ou a pedido dos particulares ou por iniciativa própria de forma a solucioná-las." -----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** abriu o **Período de "Intervenção Aberto ao Público"**, tendo usado da palavra **o Munícipe João Capítulo** que perguntou se a situação do encerramento dos postos de atendimentos da EDP haviam sido tratados aquando da elaboração do contrato hoje aprovado. -----

-----Perguntou depois se a Assembleia Municipal tinha alguma informação quanto à renovação, por mais 20 anos, do licenciamento para funcionamento da cimenteira no Outão. -----

-----Usou em seguida da palavra a **Munícipe Maria Helena Quitério** que em representação da Associação de Pais da Escola Básica Integrada pediu que o processo de atribuição de subsídios às escolas fosse revisto uma vez que tivera conhecimento que iria haver diminuição dos subsídios acordados às escolas do Concelho de Sesimbra. -----

-----Referiu-se também à dificuldade da Câmara em ceder transporte para as actividades dos alunos-e à necessidade da solução imediata da Av. 1º. de Maio na Conde 2 onde tinha ocorrido mais um acidente grave. -----

-----**O Vereador Alberto Gameiro**, respondendo ao Munícipe João Capítulo, disse o contrato com a EDP era sequência de um acordo feito a nível nacional entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP. Depois, através da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal tentara-se congregar as várias Associações de Municípios a nível nacional, ou seja das várias regiões, para se conseguir obter mais valias relativamente àquilo que a ANMP tinha conseguido. Assim a EDP assumira com a Associação de Municípios do Distrito de Beja e com a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal o seguinte: "*Encontra-se assegurada por compromisso assumido oportunamente pelo Presidente da EDP perante a ANMP a implementação em todas as sedes de Concelho do Continente até ao final do ano em curso de pelo menos um local de atendimento dos nossos clientes em que estes possam tratar de todos os assuntos que actualmente tratam nas lojas da EDP - Distribuição. Estes locais de atendimento poderão ser lojas próprias, lojas franchisadas, balcões dos CTT, ou outra solução que se venha a revelar mais interessante.*"-----

-----Seguidamente, **a Vereadora Felícia Costa**, esclarecendo a Munícipe Maria Helena Quitério, explicou que a Câmara iria atribuir subsídios a todas as escolas da rede pública, começando pelo pré-escolar, portanto passava de 7 escolas para 20 escolas e obviamente só apoiaria um projecto por escola.-----

-----Relativamente aos transportes escolares, o Município de Sesimbra fazia um grande esforço financeiro, tinha setenta mil contos em despesas com transportes escolares, enquanto por exemplo o Município de Oeiras tinha 28 mil contos. Apesar da legislação referir que só os alunos do ensino básico cuja área de residência fosse a 3 ou mais quilómetros da escola é que tinham direito a transporte, a Câmara estava a elaborar um regulamento onde iria propor que os alunos com necessidades especiais de educação, os alunos do ensino profissional e estágios profissionais e os alunos que apesar da escola de residência ficar a menos de 3 quilómetros queriam optar por uma escola perto do local de trabalho dos pais e portanto não sendo da área da residência, o apoio em termos de transportes escolares. Portanto eram excepção ao que estava regulamentado em legislação.-----

-----Em seguida **o Presidente da Câmara** esclareceu que na última reunião da Comissão Municipal de Trânsito a situação da Av. 1º. de Maio, que era bastante problemática, fora analisada. Para já estava-se a ponderar a colocação de lombas e continuava-se a ver a possibilidade de evitar situações desagradáveis.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** ainda esclareceu o Munícipe João Capítulo que a Assembleia Municipal, em termos formais, não tinha conhecimento sobre o licenciamento da cimenteira.-----

----- Encerrado **o Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e cinco minutos do dia vinte e dois de Junho.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----